



## **Aula 2 - Os diferentes tipos de decisão liminar (provisória)**

### **1. De acordo com a lei, o Juiz pode prolatar, no curso do processo, decisões liminares (provisórias) por duas razões**

- 1.1. Por estar presente uma situação de URGÊNCIA; ou
- 1.2. E por estar presente um situação de EVIDÊNCIA de um direito....

### **2. As decisões liminares (provisórias) baseadas na URGÊNCIA**

#### 2.1. Às vezes não é possível esperar...

2.1.1. Em algumas circunstâncias da vida não dá pra esperar uma resposta do Estado-Juiz apenas lá na sentença ou, o que é pior, apenas lá no final da ação, com o trânsito em julgado da decisão....

2.1.1.1. Por isso que a lei previu a possibilidade de o Juiz antecipar a concretização de direitos, através de decisões provisórias baseadas na urgência

2.1.1.1.1. Essas decisões podem ser de 2 tipos:

##### 2.1.1.1.1.1. 1

2.1.1.1.1.1.1. Decisões que antecipam tutelas, ou seja, decisões em que o juiz confere, antecipadamente, exatamente aquele direito que a parte pediu na inicial e que somente iria obter com o trânsito em julgado da sentença

2.1.1.1.1.1.1.1. Exemplo: alimentos

2.1.1.1.1.1.1.1.1. A esse tipo de decisão se costuma chamar de ANTECIPAÇÃO DE TUTELA ou TUTELA ANTECIPADA

## 2.1.1.1.1.2. 2

2.1.1.1.1.2.1. Decisões que protegem, que acautelam o próprio processo ou outros direitos

2.1.1.1.1.2.1.1. Exemplo: o arresto de um carro

2.1.1.1.1.2.1.1.1. A esse tipo de decisão se costuma chamar de TUTELA CAUTELAR ou DECISÃO CAUTELAR

### **3. As decisões liminares (provisórias) baseadas na EVIDÊNCIA**

3.1. Em algumas situações a própria lei achou injusto fazer a parte esperar....

3.1.1. O legislador preferiu, ele mesmo, inverter o ônus da demora processual....preferiu passar para o requerido o fardo pesado de ter que esperar uma decisão com o trânsito em julgado....

3.1.1.1. E ele fez isso estabelecendo alguns critérios em que, na sua visão, o direito da parte seria tão EVIDENTE que o juiz fica autorizado a reconhecer e conferir esse direito de forma provisória

3.1.1.1.1. Isso é uma novidade trazida pelo novo CPC e que na prática ainda não pegou...

3.1.1.1.1.1. Exemplo:

3.1.1.1.1.1.1. A lei fala que o Juiz pode conceder uma tutela de evidência quando: II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.

3.1.1.1.1.1.1. A Súmula Vinculante n. 31 do STF diz que: É inconstitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS sobre operações de locação de bens móveis.

3.1.1.1.1.1.1.1. Imagine o caso em que uma empresa trabalha com a locação de carros e recebe do Município uma cobrança de ISS. Por não concordar com essa cobrança, a empresa entra na Justiça e pede a concessão de uma tutela de evidência.

3.1.1.1.1.1.1.1.1. Neste caso o juiz pode determinar, liminarmente, que o Município deixe de fazer a cobrança, por se tratar de uma tutela baseada na EVIDÊNCIA do direito...

## **4. O que você sempre deve pensar de início**

4.1. Você sempre deve identificar, então, qual é a razão que te leva a pedir ao juízo uma liminar, uma decisão provisória?

4.1.1. É uma razão baseada na URGÊNCIA

4.1.1.1. E se for baseada na urgência, o que você efetivamente quer? Que o juiz te dê antes exatamente aquilo que você só teria no final do processo? Ou aquilo que você quer é uma medida de proteção de direitos ou do processo?

4.1.2. Ou é uma razão baseada na EVIDÊNCIA

## **5. Porque é importante fazer esse raciocínio logo de cara?**

5.1. Porque a lei prevê requisitos diferentes para cada tipo de decisão liminar....

5.1.1. Para deferir uma tutela baseada na urgência, devem estar presentes determinados requisitos....

5.1.1.1. Já para o deferimento de uma tutela de evidência, os requisitos são absolutamente diversos...

5.1.1.1.1. Nós vamos estudar com calma e com detalhes cada uma desses requisitos e, o melhor, como você faz para mostrar ao juiz que esses requisitos estão presentes na prática